

CESMG – CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS
SECRETARIA EXECUTIVA
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14/04/2003

I) – PRESENTES OS CONSELHEIROS: Caio Túlio Andrade (COSEMS), José Antônio de Figueiredo Neto (CNBB) Maria Zélia Carneiro (CNBB-Regional Leste), Jorge Andrade (FAMEMG), Maria Nazaré Anjo dos Santos (CUT-MG), José Antonio da Cunha Melo (ABES-MG), Geraldo Heleno Lopes (FAMEMG), Rogério Fernandes (FEESSEMG), Sérgio Augusto Alves de Oliveira (FAMEMG), Rogério Fernandes (FEESSEMG), Kátia Rita Gonçalves Cunha (FIEMG), Odair Santos Junior (SETASCAD), Maria José Morais Antunes (ABEN), Bruce Alan Hodge (CDL), Elvira Lúcia Pessoa de Oliveira (FADEMG), Paulo Roberto Venâncio de Carvalho (SIND-SAÚDE), Maria Imaculada Mazzoni Amorim (CREA-MG), Romélia Rodrigues Lima (SINTSPREV) Lúcia Vieira Sarapu (SEE-MG), Caio Túlio Andrade (COSEMS), Benedito Ferreira da Silva (FAEMG), Nicodemus de Arimathea e Silva Júnior (SINMED), Juracy Gomes Carneiro (FHFMG), José do Carmo Fonseca (SINDHOMG), Marcelo Gouvêa Teixeira (SES), Eni Carajá Filho (FADEMG), Fernando Luiz Eliotério (FAMEMG), Maurício Leão de Rezende (CRM-MG), Waléria Giorgini Nunes (SIND-ENFERM), Victor Heinrich Arndt (FIEMG) Carlos Alberto dos Santos (CUT-MG) **II) - PRESENTES TAMBÉM OS CONVIDADOS:** Celso Rafael (HPS/Venda Nova) Ananias Souza, Vicente De Paula Mendonça (CMS Santa Luzia), Jania Aparecida de Souza, Cléa M. Carvalho (CMS-BH), Roges Carvalho (PSIND), - **JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA:** Maria Luiza Pimentel de Souza (ABES-MG), Geraldo Edson Souza Guerra (SECT-MG), Edneusa Heringer Emerick (COPASA), Teresa Cristina Barbosa Santiago (SEPLAN), Maria do Rosário (FETAEMG). **ABERTURA DA REUNIÃO:** O presidente do CESMG, Sr. Marcus Pestana empossa a nova Mesa Diretora, informando que pretende estabelecer um trabalho de fortalecimento e de revitalização do Conselho, visando garantir o controle social sob a gestão do SUS. Em seguida, passa a fala à conselheira Elvira Lúcia. **PAUTA: 1) INFORMES DA MESA DIRETORA;** Na reunião foi distribuído material digitado contendo os vários informes da mesa diretora, o qual encontra-se arquivado no computador do CESMG, além de materiais oriundos do CNS, materiais referentes à abertura de cursos na área de saúde, proposta de regimento interno da Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica. A conselheira Elvira Lúcia informa sobre o momento de transição entre as mesas diretoras, do trabalho em conjunto realizado para que as ações do Conselho não perdessem sua qualidade e os prazos não fossem perdidos. Relata sobre a 12ª Conferência Nacional de Saúde, prevista para setembro de 2003 e acrescenta que, dentre as conferências temáticas propostas, somente a Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica foi aprovada. Relata ainda sobre o trabalho realizado pela Mesa Diretora que está findando seu mandato, reforça a atuação do secretário de saúde em consonância com o Conselho e na importância do controle social. Em seguida, passa a fala para o conselheiro Eni Carajá que nos dias 12 e 13 de março participou da reunião do CNS. O conselheiro esclarece sobre a antecipação da 12ª Conferência Nacional de Saúde, informa que as conferências temáticas foram transferidas para 2004, com a exceção da Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica por alguns estados 2002, informa sobre a eleição de membros no CNS, mencionando que o Sr. Antonio Carlos, do CMS- Santa Luzia, foi eleito como efetivo para a vaga do Movimento de Reintegração de pessoas atingidas por Hanseníase, ficando o conselheiro Eni Carajá como 2º suplente. **2) LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10/03/2003;** ficou liberada a leitura da Ata e, não havendo contestação da ata, a mesma seria considerada aprovada. **3) POSSE DA NOVA MESA DIRETORA – 2003/2004;** O secretário informa sobre a reunião prévia realizada com a Mesa Diretora em transição e a nova Mesa Diretora e do apoio que a SES/MG pretende dar no que se refere à logística, infraestrutura, melhoria das condições operacionais e ainda da necessidade de formação de uma comissão para os preparativos da 12ª Conferência Nacional de Saúde. Informa também que pretende trabalhar a questão de um novo Projeto de Lei de reestruturação do Conselho e conseqüentemente o estatuto. Após leitura dos nomes dos novos membros da Mesa Diretora, convida-os para comporem a mesa e, em nome da SES/MG, faz agradecimentos à Mesa que ora finda o seu mandato. Afirma que estará sempre presente às reuniões do Conselho e, na sua ausência, os sub-secretários Dr. José Maria Borges - Sub-secretário de Políticas de Saúde ou o Dr. Marcelo Teixeira - Sub-secretário de Inovação e Logística em Saúde, estarão representando-o **4) PLANO DE AÇÕES E METAS – DST/HIV/AIDS DE MINAS GERAIS;** O secretário esclarece sobre a mobilização social em torno do tema e da postura brasileira nas questões de quebra de patentes para assegurar o interesse dos usuários do SUS, posição de vanguarda reconhecida mundialmente. Assume a palavra a Coordenadora Estadual do Programa DST/HIV/AIDS,

Drª Maria Tereza da Costa Oliveira, que informa sobre as alterações no encaminhamento do PAM do Estado, devido a mudanças na última reunião da Tripartite em que se determinou que as ações passarão a ser financiadas por transferências de incentivo fundo a fundo. O Estado de Minas Gerais e mais 43 municípios foram selecionados para receberem recursos para este fim, nesta modalidade. A instituição e a normatização da transferências destes incentivos, foram publicados em 20 e 27 de dezembro de 2002, pelas Portarias do MS de nº 2313 e 2314. Tendo em vista estas publicações, para habilitação e recebimento do incentivo pelo Estado de Minas, faz-se necessário a aprovação deste Plano pelo CESMG. Na assistência o Plano prevê, dentre outras ações, a aquisição de medicamentos para infecção oportunistas, equipamentos para serviços (estímulo para criação de novos serviços especializado, nas áreas prioritárias, especialmente na RMBH), capacitação de profissionais, garantia de teste de triagem do HIV e de acompanhamento do paciente. Relata também sobre o atual estrangulamento da assistência em Uberaba e Juiz de Fora e da oportunidade de formação de serviços especializados, visando desafogar os grandes centros, no que diz respeito ao acompanhamento do portador de HIV. A SES/MG vem investindo R\$ 500.000,00 na aquisição de medicamentos para infecções oportunistas, tal ação ganha reforço com a deliberação CIBE-MG nº 12, onde os municípios deverão contribuir com 75% da sua contra-partida com esses medicamentos. Foram montados serviços de vídeo-endoscopia, para atendimento ao portador de HIV/Aids no Hospital Eduardo de Menezes e outro no Centro Geral de Pediatria. Informa sobre os laboratórios de testagem e de acompanhamento (CD4/CD8, carga viral), este último operando com sua capacidade máxima. Prevê-se então a instalação no Sul de Minas de uma nova unidade. Informa que no Hospital das Clínicas é um dos doze existentes no país responsável pela realização de genotipagem. Com relação às ações preventivas o PAM prioriza a prevenção da transmissão vertical do HIV e da Sífilis, os trabalhos com adolescentes (Programa de Educação Afetivo-Sexual), realizados em parceria com a Secretaria Estadual de Educação e Fundação Odebrech, manutenção e implementação das ações junto aos detentos do sistema prisional, implementação da assistência às vítimas de violência sexual (parceria com as polícias militar e civil, delegacia de mulheres e IML) e apoio de ações de ONG's, direcionadas a outras populações vulneráveis, como meninos de rua, caminhoneiros, profissionais do sexo e usuário de drogas injetáveis. Serão mantidas também as campanhas realizadas em datas estratégicas, voltadas para a população em geral. Solicita também o apoio do Conselho, para incluir populações empobrecidas, como população-alvo. A Coordenadora reforça as ações realizadas em parceria com as organizações da sociedade civil e da necessidade da constituição da comissão interinstitucional de DST/Aids no Estado. O presidente do CESMG, registra que a questão da Aids depende essencialmente da mobilização social, da responsabilidade da SES/MG, das ONG's e de todos os gestores locais. No caso da SES/MG, o sub-secretário de Inovação e Logística em Saúde, junto com os demais setores estarão encarregados de, num curto espaço de tempo, promover melhorias no sistema de aquisição de medicamentos, visando a regularização das ações do SUS. Conclui sua fala relatando sobre o Programa Viva Vida, de combate à mortalidade infantil e passa a presidência da reunião ao Dr. Marcelo Teixeira e a coordenação dos trabalhos ao vice-presidente Dr. Nicodemus. Dando continuidade, a Drª Tereza informa que o Estado receberá R\$2.926.000,00, para os municípios que não estão incluídos na Portaria MS nº 2313/2002; mas deste R\$ 853.000,00, serão destinados as ONG's que desenvolvem trabalhos de prevenção a Aids. Em seguida Eni Carajá assume a palavra, relatando sobre a reunião conjunta das câmaras técnicas de Orçamento Finanças (CTOF), Recursos Humanos e Administração (CTRHA) e Assistência Ambulatorial e Hospitalar (CTAHM), tendo como convidado o Prof. Paulolinto. Disse que o CESMG é favorável ao PAM, mas tece algumas considerações para conhecimento da coordenação estadual que resultarão em encaminhamentos. Apresentam vários comentários sobre a política de prevenção, educação em saúde e assistência, visando reduzir o número de portadores de HIV no Estado. Em parecer final, opina pela aprovação do PAM, devendo a coordenação de DST/Aids e Superintendência de Atenção à Saúde observar e incorporar os pontos descritos pela reunião conjunta das câmaras técnicas, cabendo ao CESMG instaurar procedimento para a criação de Comissão Interinstitucional de DST/Aids, em parceria com o SES/MG, visando o monitoramento, a avaliação dos impactos desta política, com corte para o controle social, a participação da sociedade e outros atores; Aponta a necessidade de se redefinir a política de atendimento no Hospital Eduardo de Menezes, com o retorno no ambulatório da primeira consulta; Ampliar o leque de parcerias com outras instituições não consideradas ONG's/Aids, visando quebrar o monopólio e de fato inserir o Plano de Ação para outros movimentos sociais tipo sindicatos, entidades religiosas e movimentos que atuam na área de saúde, educação e assistência social. Uma cópia deste parecer foi entregue à Drª Tereza, encontrando-se outra a disposição dos interessados no Conselho. Em seguida Eni sugere a formação de um grupo de trabalho composto por três membros do Conselho e três membros indicados pela SES/MG, que farão a proposta de composição da

comissão interinstitucional para ser apresentada na reunião de junho/2003. Dr^a Tereza retoma a palavra e diz que a comissão interinstitucional já faz parte do PAM, que as ações de DST/Aids são bem sucedidas graças às parcerias. Explica que o aumento da demanda, principalmente nos grandes centros, é devido ao aumento da prevalência, ou seja, as pessoas estão morrendo menos e a transmissão ainda causa impactos negativos no processo, o que reforça as campanhas preventivas e as parcerias. Informa que Belo Horizonte em 04 SAES (Serviços de Assistência Especializada em Saúde), para atender a população. Belo Horizonte tem um cadastro de 4.500 pacientes e atende 5.600, o excedente são provenientes de Contagem – 400, Ribeirão das Neves – 200, Vespasiano – 170, Santa Luzia-100 e Sabará – 98. Sabemos que esses municípios têm incentivos e ainda assim referenciam seus doentes para Belo Horizonte. É importante que os gestores municipais em referência façam o acolhimento e é isto que o PAM prevê. Informa também, ao Sr. Eni, que o compromisso do Hospital Eduardo de Menezes é que, quem é ali testado, receba atendimento ambulatorial. Todo testado soro-positivo está sendo referenciado para assistência. Com relação à interiorização, observamos que ano a ano tem aumentado o número de municípios com pessoas infectadas, e isso tem um custo alto, o que dificulta disponibilizar exames de acompanhamento (o custo é R\$ 300,00/paciente). Para os pequenos municípios, são disponibilizados os grandes centros, como Juiz de Fora, Uberaba e Belo Horizonte e isto foi pactuado na CIBE. Com relação aos preservativos, nossa intenção é trabalhar com profissionais do sexo, em unidades prisionais, em clínicas de DST/Aids que são populações mais expostas ao risco de contrair o HIV. Com relação às organizações da sociedade civil (ONG's), "temos um cadastro daquelas que são nossas parceiras". Agora, qualquer organização da sociedade civil, que apresentar projeto, pode captar recurso. Foi acordado no Fórum de ONG's que será publicado em edital público e aberto à sociedade em geral. A triagem das entidades que irão trabalhar será realizada por representante de municípios que têm programa de DST/Aids junto a esta Coordenação. Nossa intenção é garantir integridade em todo processo. Relata que a verba destinada a Aids ficará em conta separada, o que facilitará o controle e a rastreabilidade. O secretário executivo do CMS de Juiz de Fora, sr. Jorge Ramos, questiona sobre os dados relatados da prevalência de 7% em Juiz de Fora e sobre idoneidade das ONG's. A Dr^a Tereza retoma a palavra e informa sobre os procedimentos para a participação das ONG's no processo. Em um primeiro momento, o edital, após o convênio com a SES/MG, onde são exigidos uma série de documentos. Existe todo um aparato legal, a seleção é pública e é papel do município acompanhar e participar deste processo seletivo. Após a seleção, há a publicação e informação ao Ministério da Saúde dos futuros conveniados. Informa também que os trabalhos elegíveis serão aqueles que complementam as ações onde a coordenação não tem como trabalhar, ou populações de difícil acesso, como usuários de drogas injetáveis, profissionais do sexo, meninos de rua, dentre outros. O vice-presidente assume a palavra, e agradece a Dr^a Tereza pela explanação e solicita a permanência da mesma na reunião. Em seguida, informa sobre as duas propostas retiradas no Plenário, a da constituição de um grupo de trabalho para definição da comissão interinstitucional com a seguinte composição: três conselheiros e três representantes do gestor; e em segunda proposta da participação de organizações/instituições que não tratem exclusivamente de Aids. O conselheiro Victor Arndt solicita esclarecimento sobre a questão de Juiz de Fora e é prontamente atendido pela Dr^a Tereza que informa a peculiaridade do município no atendimento aos usuários de droga, como hospital de toxicômanos que concentra grande parte dos drogaditos do Estado de Minas Gerais e outros. Este teste foi realizado dentro das unidades prisionais. Em seguida, o conselheiro Victor Arndt pergunta a coordenadora se ela tem conhecimento sobre o programa do professor Elias Murah que tem a idéia de se criar uma seringa, não apenas descartável, mas auto-destrutível, que utilizada entre os usuários de drogas reduziria em muito a probabilidade da transmissão da Aids. Dr^a Tereza relata sobre o trabalho da ABRAÇO, informando ser parceira nesse trabalho de transmissão entre drogados. O conselheiro Odair solicita a Dr^a Tereza informações contidas na tabela na página 9 do PAM, quando ela menciona o acesso à população, não inclui ações juntos aos garimpos e assentamentos e também com relação ao VDRL e radiodiagnóstico, não tem referências. Na tabela da página 12, item 2.2, reforça a não disponibilização de informações sobre garimpos e assentamentos e acresce ainda a questão dos povos indígenas, caminhoneiros e prostituição infantil. O conselheiro ainda faz algumas ponderações sobre os tópicos 1 e 2 da página 14 e da tabela contida na página 13. Retornando à página 14, o conselheiro faz considerações sobre o item 4, desta, também do item 2 da página 20 e página 85. Reforça a questão da criação da comissão interinstitucional. A Dr^a. Tereza, ponto a ponto, esclarece o conselheiro Odair e relata que necessitou do apoio do MS para consolidação dos dados, e que foi orientada a trabalhar com dados de 2001, mas devido a falta de registros e cadastros, alguns dados são de 2003 e o que foi aceito pelo MS. Com relação às populações apontadas, sabemos que o CEST/SENAT realizam trabalhos junto a caminhoneiros, não tendo informações de serviços de

atendimento a povos indígenas. Relata exemplo isolado, no município de Teófilo Otoni com os Maxacalis. Em relação aos municípios, " se somos 853 municípios, os 43 cadastrados para receber recursos, no meu entendimento, devem oferecer esses serviços à população. Por outro lado deixamos claro para os gestores que, para receber recursos, pelo menos o medicamento ele vai ter que comprar e fornecer para o paciente". Relata ainda que no passado foi discutido na CIBE-MG a aquisição de equipamentos para os municípios da RMBH pela coordenação de DST/Aids para desafogar Belo Horizonte. Dentro os municípios estavam Ribeirão das Neves e Santa Luzia. No caso de Santa Luzia, "recebemos um ofício do gestor devolvendo os equipamentos, dizendo que não havia interesse em montar tais serviços na região". A Dr^a Tereza relata que terá um forte trabalho na supervisão dos municípios e aqueles, que não estiverem cumprindo com o programa serão encaminhados para conhecimento CESMG. O visitante, sr. Vicente de Paula Mendonça, conselheiro municipal de saúde de Santa Luzia, faz suas ponderações com relação ao fato e solicita à Dr^a Tereza o nome do responsável pelo encaminhamento do ofício devolvendo os equipamentos. Dr^a Tereza esclarece sobre a Portaria MS 2313/2002, e da verba que está sendo destinada à Santa Luzia, dependendo somente que o município apresente o seu Plano de Ações e Metas. Para que o programa obtenha sucesso é necessário a cooperação de todos os municípios. Solicitamos aos 43 municípios cadastrados que encaminhem seus Planos, exigindo que neles programem a implementação de serviços de assistência. No ano passado, com a verba da Coordenação Estadual, ofertamos aos municípios, que seriam selecionados este ano, treinamento. Santa Luzia participou desta etapa inicial, não tendo comparecido no treinamento de aconselhamento no final do ano. Os equipamentos foram encaminhados à Santa Luzia, conforme plano de trabalho elaborado pelo próprio município. Os equipamentos eram para atendimentos básicos, como mesa para exames ginecológicos, armários e outros e " ainda assim o município de Santa Luzia nos devolveu com um ofício" . O mesmo encontra-se arquivado na Coordenação. Temos que iniciar os trabalhos atendendo DST (10% da população) e depois ir ampliando as ações, até chegar a um serviço de alta complexidade ou simplesmente de acompanhamento do soropositivo assintomático. A idéia é de descentralização e de interiorização. Estaremos retomando as ações junto à Santa Luzia, pois o município dispõe de recursos e caso ela não se manifeste a minha proposta é trazer a questão para ser debatida no CESMG. O conselheiro Geraldo Heleno, encaminha à Dr^a Tereza um parecer elaborado pelo Dr. Bernardino (coordenador das ações de DST/Aids) em Conselheiro Lafaiete e ainda, do interesse que o município tem de montar os serviços voltados para atendimento à população em DST/Aids. Dr^a Tereza elogia os serviços executados por Conselheiro Lafaiete e responde informando que não é possível a independência do município de Barbacena, devido ao rigoroso controle feito pelo MS e pelo fato de Minas Gerais não ter unidade dispensadora informatizada e não tendo no momento condições de ampliar. Outro dado é com a relação a quantitativos de exames laboratoriais. Nós temos três locais com suporte cadastrados, que ficam em Belo Horizonte, Juiz de Fora e Uberaba. O alto custo do serviço impede sua ampliação. E a oferta está também atrelada ao quantitativo de exames. " Estando a demanda de consulta a paciente reprimida, automaticamente a quantidade de exames é reprimida". Conselheiro Lafaiete faz parte da regional de Barbacena. Hoje é prioridade no PAM a descentralização de fato na assistência. Com relação ao teste rápido em maternidade para a detecção do HIV, o que eu aconselho ao município de Conselheiro Lafaiete é procurar drenar para as maternidades, que têm um teste rápido, aqueles não testados e para as demais maternidades aquelas testadas . Agora, uma que venha a ser testada e seja HIV positiva, o medicamento está disponível naquela maternidade, mas pode ser removido para qualquer outra. Isto pode ser feito via telefone. Dr^a Tereza conclui sua fala informando que será encaminhada ao CESMG uma versão atualizada do PAM, com novos dados e com atendimento à população empobrecida, como solicitado pelas ONG's. O vice-presidente solicita à Dr^a Tereza que a nova versão venha com as páginas numeradas e rubricadas. Sugere a construção de indicadores de eficiência/eficácia que realmente apontassem o impacto das ações junto à população. Dr. Marcelo fala da comissão interinstitucional e da portarias publicadas pelo MS, entendendo que essas portarias trazem o plano para uma lógica mais SUS, envolvendo uma pactuação entre as três esferas de governo. Além da pactuação das três esferas o outro ponto é a participação dos conselhos, também nos três níveis, nacional, estadual e municipal. "Este é um ponto fundamental para tratarmos da eficiência e da eficácia da política pública, trazendo um novo papel para os gestores no sentido de assumir uma gestão compartilhada desses esforços". Dr^a Tereza retoma a palavra informando que esta preocupação está presente no PAM e são trabalhados tantos indicadores de impacto, como de processo e estrutura. O vice-presidente retoma novamente a fala e coloca em votação a aprovação do grupo de trabalho, 3 conselheiros e 3 representantes indicados pelo gestor, que definirão a comissão interinstitucional, a proposta é aprovada por unanimidade. No mesmo instante foram retirados na Plenária 03 representantes, a sr^a Elvira Lídia Pessoa de Oliveira, Victor Arndt e Odair Santos Júnior. É reforçado pelo vice-

presidente o papel deste grupo de trabalho e esclarece ao conselheiro Geraldo Heleno que qualquer questionamento ou alguma distorção que venha ser evidenciada pelo trabalho deste grupo será debatido em Plenária. O segundo ponto colocado em votação é com relação as atividades preventivas que deveriam ser estendidos a outras organizações não-governamentais que não necessariamente sejam especializados ou tenham como foco a questão do HIV/Aids. É uma proposição que consta do relatório. Dr^a Tereza retoma a palavra esclarecendo sobre o edital e da forma como o mesmo será publicado “populações prioritárias e não instituições que atuem com DST/Aids” e ainda dos critérios de elegibilidade dos trabalhos e que os recursos disponíveis vêm da prevenção de DST/Aids, são trabalhos voltados para a redução de danos e para populações mais vulneráveis. Informa ainda que o edital será público e que qualquer instituição organizada da sociedade poderá ter acesso. Dr. Marcelo reiterando a fala da Dr^a Tereza, sugere uma ampla divulgação do edital no sentido de assegurar a participação de outras entidades, da transparência do processo e de seus critérios previamente definidos. O vice-presidente expõe o entendimento que a Mesa tem sobre o assunto e coloca em votação. O encaminhamento é aprovado por unanimidade, ficando a cargo da Mesa Diretora solicitar junto ao gabinete a indicação de três membros para compor o grupo de trabalho e ainda fazendo publicar deliberação sobre a aprovação do Plano de Ações e Metas para Minas Gerais, com o sub-título “Política de financiamento das Ações em HIV/Aids e outras DST’s. **5) FUNCIONAMENTO DO PRONTO SOCORRO DE VENDA NOVA – FHEMIG/CHHPSVN;** Este ponto é de pauta é conduzido pelo Secretário Geral, Dr. José do Carmo Fonseca, que convida o presidente da FHEMIG, Dr. Guilherme Ricci e seus assessores Dr. Vagner e Dr. Antonio Guimarães, além do representante do Conselho de Saúde do Hospital de Venda Nova, o Sr. Celso Rafael. Após saudar os presentes, o Dr. Guilherme iniciou sua explanação sobre o Hospital de Pronto Socorro de Venda Nova-HPSVN, dizendo ser um hospital que ainda é uma unidade da SES/MG, mas que providências estão sendo tomadas para transferi-lo para a rede FHEMIG. Em seguida, falou do compromisso deste governo, da SES/MG e da FHEMIG na plena e total ativação do HPSVN. Disse sobre a entrevista que o secretário de saúde teve com o ministro da saúde onde se foi pleiteado o estabelecimento de um teto para o funcionamento do HPSVN, uma vez que desde 1998 este hospital funciona com um custo ao Governo de Minas Gerais e à FHEMIG algo em torno de R\$ 800.000,00, sem nenhum ressarcimento do Sistema. Tratou este assunto como algo que precisa ser resolvido de imediato, disse que o aceno do ministro, conhecedor da situação é positivo. Falou da inauguração do CTI do HPSVN. A data prevista para que o laboratório funcione em sua integralidade. Informa que o HPSVN foi colocado como retaguarda em “hospital de referência para a síndrome da pneumonia asiática e que para isto existe uma reserva de leitos”. Em seguida fez uma apresentação audiovisual em que relatou sobre os avanços do HPSVN desde a sua inauguração parcial em setembro/1998. Citou a missão do HPSVN de ser uma unidade hospitalar complexa de nível terciário, com atendimento prioritário à emergência traumatológica, devendo operar em conjunto com o Hospital João XXIII. Falou da superlotação no Hospital João XXIII, citou o Hospital Regional de Betim e Hospital Odilon Behrens como alternativas para desafogar o Hospital João XXIII, porém disse que ainda são insuficientes para se estabelecer uma qualidade de urgência e emergência na RMBH. Informou sobre a capacidade de atendimento do HPSVN, apresentando o números de atendimentos no ano/2002, narrou sobre a semelhança de perfil entre o HPSVN e Hospital João XXIII, de sua área de abrangência e da importância do HPSVN no que se refere a desafogar o Hospital João XXIII que atualmente está atendendo além de sua capacidade. Mencionou os avanços dos últimos quatro meses, como a organização do sistema de urgência e emergência, acertos realizados em torno da dívida com a construtora do hospital e disse que acredita que em muito pouco tempo o hospital estará funcionando em sua capacidade total. Relatou sobre a questão de contratação de funcionários, dizendo que remanejamentos estão sendo realizados, devido ao fato do Governo não poder contratar pessoal no momento. Conclui falando sobre a visita do ministro ao HPSVN e sobre a expectativa que existe em torno da liberação de teto para o hospital e agradece ao Plenário pela oportunidade que lhe foi dada. O vice-presidente, dando continuidade, passou a palavra ao Sr. Celso Rafael, representante do Conselho de Saúde do HPSVN, que após saudar a todos, falou do desejo que existe em ver o HPSVN funcionando em sua total capacidade, elogiou o atual governo por sua atuação, falou das antigas promessas feitas por outra gestão e que não foram cumpridas. Elogiou o Dr. Guilherme pelo seu empenho e disse estar satisfeito pela oportunidade de vir ao CESMG e ouvir boas notícias a respeito do HPSVN. Falou de outras lutas que irá travar para o avanço do hospital. Concluiu agradecendo ao CESMG. O vice-presidente abre a discussão para que os conselheiros inscritos se manifestem. O conselheiro Paulo Venâncio de Carvalho falou da preocupação do SIND-SAÚDE em torno da questão dos concursados da FHEMIG que não foram convocados e dos contratos precários que continua realizando. Outra questão apresentada foi o questionamento de porque, o assunto em pauta não foi também

discutido no CMS-BH, dizendo julgar ser este um assunto que deve ser discutido com outros conselhos municipais e também nas câmaras técnicas, principalmente a questão dos funcionários, mas também a questão do financiamento. Após a fala do conselheiro Paulo Carvalho, o vice-presidente passou a palavra para a conselheira M^a Nazaré Anjo dos Santos, que disse que várias vezes o Conselho do HPSVN recorreu ao CMS-BH, ao contrário do que afirmou o conselheiro Paulo Carvalho, inclusive no governo passado, quando se discutia a questão da municipalização do HPSVN, o assunto foi colocado na Plenária de Usuários. Afirmou que o Conselho do HPSVN existe e é atuante, concordou que o CMS-BH deve estar presente na discussões a respeito do HPSVN, parabenizou o Dr. Guilherme pela sua palestra, falou do interesse e da necessidade que existe em colocar o HPSVN para funcionar com sua capacidade total e, finalizando questiona sobre os concursados que não foram convocados. O vice-presidente, retira-se da Mesa e no Plenário faz colocações acerca do financiamento do hospital, da questão de funcionários, criticando os contratos de curto prazo quem vêm sendo praticados no Brasil em substituição a contratação de funcionários concursados. Relata a necessidade de se efetivar o funcionamento do hospital, da questão do repasse que as operadoras de plano de saúde deveriam fazer para o custeio de ações de saúde, especialmente na área de trauma, visto o grande número de pessoas que têm plano de saúde e são atendidas no Hospital João XXIII. Conclui agradecendo pelo oportunidade. O conselheiro Paulo Carvalho, faz uma proposta de encaminhamento em torno da questão do financiamento do HPSVN. Disse que a questão do financiamento e da contratação não estão claras, e que o assunto deve ser encaminhado para discussões nos CMS's, no CESMG e nas Câmaras Técnica. Inclusive a Câmara Técnica de Recursos Humanos, que deve analisar o projeto que está sendo apresentado. Reafirma que o CMS-BH, CMS-Santa Luzia e CMS-Ribeirão das Neves tem que discutir o financiamento e a contratação de recursos humanos. Em seguida, a conselheira Maria José Morais Antunes, da Associação Brasileira de Enfermagem, apresenta duas questões, a primeira em relação aos recursos humanos, criticando a terceirização e apresentando-a como empecilho à motivação dos funcionários e à qualificação dos trabalhadores. A outra questão apresentada foi em relação aos leitos de CTI, mencionou que o tempo médio de espera por um leito de CTI obstetrício é em torno de 3 horas e isto tem levado a óbitos maternos. A conselheira perguntou se a FHEMIG tem algum estudo a respeito disto. O Dr. Guilherme toma a palavra para responder aos questionamentos feitos. Disse que o HPSVN não tem maternidade e acredita que as unidades de CTI serão totalmente ocupadas para o atendimento a traumas. Disse que o tempo de espera por CTI obstetrícia é próximo ao tempo de espera dos pacientes traumatizados. Informa que há espera dentro das próprias unidades, no que se refere a terapia intensiva. No que se refere a questão de concurso, disse que, para o hospital funcionar isto será discutido e disse que quanto ao concurso da FHEMIG a instituição obedece rigorosamente ao critério de classificação de um concurso realizado ano passado, para realizar contratos administrativos. O conselheiro Jorge Ramos falou da necessidade de se discutir as questões de urgência e emergência de Belo Horizonte focando não apenas o HPSVN. Fez encaminhamento ao vice-presidente do CESMG para que se olhasse não apenas a questão do HPSVN, mas a questão de urgência e emergência em toda Belo Horizonte. Falou sobre a Portaria Ministerial 2048, de 5 de novembro de 2001, dizendo que ela deve ser cumprida. E acredita que o secretário de saúde deve olhar não somente para o HPSVN mas a questão de urgência e emergência em todo o estado. O Dr. Marcelo Teixeira, assume a palavra e diz que de fato é muito interessante tudo que está sendo colocado, mas reforça que o compromisso no momento é em ativar o HPSVN e que tem conhecimento dos diversos problemas e questões que ainda têm que ser resolvidas para se chegar ao objetivo. Aponta questões, como as financiamento para a conclusão da obra, aquisição de equipamento, financiamento do custeio do hospital e qual o modelo de gestão a ser adotado. Reiterou que o compromisso é de colocar o serviço à disposição da população. Informa que quanto a questão tocante ao recursos humanos a FHEMIG vem dando claro entendimento de reconhecimento do concurso, mas isto é uma discussão que extrapola a SES/MG e que envolve o governo como um todo, envolve a Secretária de Fazenda, Secretária de Planejamento e envolve constrangimentos legais associados à responsabilidade fiscal. O vice-presidente do CESMG reassume a palavra e comunica que já se encontra encerrado as inscrições para discussão em torno deste ponto de pauta. Disse que a fala do Dr. Marcelo sintetizou tudo que foi dito e que a apresentação do Dr. Guilherme, ata e memória da reunião e o disquete em que se encontra salvo a apresentação, será disponibilizado para comissões interessadas na discussão. A Mesa Diretora trabalhará no sentido de encaminhar as questões que foram colocadas, como a questão da Portaria de Urgência e Emergência. Portaria esta que já existe, não precisa ser criada, mas implementada e ainda as discussões realizadas em comissões. Após o Sr. Celso Rafael falou que o assunto vem sendo encaminhado para o prefeito de Belo Horizonte e que o deverá ser encaminhado para todos os prefeitos da RMBH. O Dr. Guilherme em sua última fala ao Plenário agradece a atenção

dispensada. Coloca-se à disposição dos conselheiros para qualquer questionamento termina dizendo que a FHEMIG é uma instituição que gera uma quantidade de serviço com uma qualidade indiscutível para toda RMBH e para o estado de Minas Gerais nos hospitais aos quais ela está inserida. Agradeceu a oportunidade e passou a palavra para o vice-presidente, que agradece a presteza do Dr. Guilherme e do pessoal do Conselho do HPSVN. Em seguida passa para o próximo ponto de pauta. **4) PARECERES E INFORMES DAS CÂMARAS TÉCNICAS:** O vice-presidente apresenta a deliberação CIBE-MG nº 12 que faz referência ao financiamento de ações de prevenções e assistência aos portadores de HIV/Aids. Pergunta se a discussão anterior já subsidiou os conselheiros para poderem votar. Aprovação da deliberação CIB-SUS-MG No. 11, de 27/02/2003 e No. 12 de 12/03/2003 pelas Câmaras Técnicas de Orçamento e Finanças, Hospitalar e Ambulatorial e Recursos Humanos e pela Plenária. O Secretário Geral -Dr. José do Carmo, presta informações à plenária sobre a proposta de correção da PPI. O documento sobre a programação dos trabalhos já foram enviados às Câmaras Técnicas para conhecimento. Relata ainda que o CESMG tem acompanhado a condução dos trabalhos em comum acordo com a SES. O vice-presidente da continuidade a fala do Secretário Geral, chamando a atenção para questão. O conselheiro Paulo Carvalho explana sobre o fato e que, a atual gestão do CESMG deverá discutir "de frente o problema". "O CES é deliberativo e fica refém disso, temos que mudar. A CIBE não é para deliberar, é para pactuar. Pactuar está em outro nível, é a nível de comissão. Então publica uma deliberação. O que estamos fazendo? O pior é que não podemos mudar o teor da texto da deliberação da CIBE, isto implica que estamos referendando as deliberações...é uma loucura". Continuando, relata sobre a importância do papel da CIBE, da ação de deliberação e pactuação e dirige-se para a Mesa Diretora, reforçando a questão de que "deverá ser encaminhado às Câmaras Técnicas uma proposta de solução desse processo e que o CESMG deverá emitir uma deliberação, informando que não deve ser publicado as pactuações da CIBE, caso contrário estamos brincando de Controle Social." A conselheira Maria José, concorda com a colocação do Sr. Paulo Carvalho e expõe que agora, a questão não é só CIBE Estadual, porque a CIBE é normatizada pela Portaria 01/96, o que precisa-se é cumprir o princípio da Constituição e da Lei 8080 que é descentralizar. "Descentralizar com competência para sermos mais eficientes, enquanto estilo gerencial. Temos que pensar se faz-se necessário tantas instâncias burocráticas intermediárias que seguram o avanço do SUS". O conselheiro municipal de Juiz de Fora, Jorge Ramos, concorda com as colocações anteriores e pergunta? "Qual é o nosso papel? Porque as deliberações da CIBE, depois que entraram em vigor vem para o Conselhos para serem referendadas?" O conselheiro Jorge Andrade aprova as colocações feitas pelos demais conselheiros e ainda informa sobre a situação de saúde do Sul de Minas e das dificuldades de remanejamento de pacientes de um município para outro e do entrave burocrático. Prossegue relatando sobre a questão da Hemodiálise em Itajubá, tratada em reunião de CESMG em 09/12/2002, da auditorias pela qual o município vem passando, da reabertura do Banco de Sangue, conforme normas do Ministério da Saúde, e o lado positivo do processo, com melhorais no atendimento. O Conselheiro Odair Santos Júnior narra informes da Câmara Técnica de Saúde do Trabalhador. Relata sobre o Seminário Estadual de Saúde do Trabalhador, sendo designada a conselheira Kátia Gonçalves para acompanhamento das ações junto a Coordenação Estadual de Saúde do Trabalhador. Ficou também aprovado a realização de uma reunião extraordinária. Onde deverão ser convocados os conselheiros municipais dos municípios que integram o RENAST, nessa primeira fase: Belo Horizonte, Betim, Contagem e Juiz de Fora. A intenção é debater de como se dará a implementação das ações previstas no RENAST no município e o Controle Social nessa redes. Relata também sobre o dia 28 de abril, que será instituído como o Dia Mundial das Pessoas Vitimadas por Acidentes de Trabalho, o que se pretende implementar em nível nacional. Projetos com as mesma finalidade tramitam também na ALEMG e no Legislativo Municipal de Belo Horizonte. Já com relação a CTMASS, informa da sua participação no I Seminário Legislativo sobre Meio Ambiente e Saneamento, transcrito no dia 04/04/2002, como representante deste CESMG, e que em breve estará disponibilizando relatório para a Mesa Diretora e demais interessados e relata algumas proposta discutidas e acatadas pela maioria naquele evento. Faz ainda relatos sobre o seminário Legislativo Águas de Minas II e as propostas aprovadas e reforça a atuação deste Conselho e dos CMS's nos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais e da importância dos recursos hídricos na manutenção e preservação da saúde. Para concluir, narra sobre a questão da comunidade do Taquaril na RMBH (composta 37 mil habitantes), com sérios problemas de saneamento básico e hídricos, demanda está apresentada no evento e ainda redirecionada ao CREA-MG. Com relação a demanda sobre a circulação no país do trigo contaminado, relata que recebeu correspondência da Universidade de Lavras, informando a detecção de "praga" na amostra. O material está à disposição dos interessados no CESMG. O conselheiro municipal de Juiz de Fora, Jorge Ramos, faz considerações sobre a sua representação na Coordenação Nacional de Plenária de Conselhos, como

suplente do Sr. Paulo Carvalho, de sua legitimidade como suplente e ainda do não reconhecimento do CNS de sua renúncia. Sr. Jorge explana sobre a proposta do Ministro da Saúde Humberto Costa, "pretende partilhar a discussão do orçamento da saúde nos fóruns da CIT e CNS, reativando a comissão técnica tripartite para debater com os CMS e CES". Sugere que a Mesa Diretora reforce a participação no debate e ainda que a Comissão de Avaliação dos Cursos de Capacitação de Conselheiros se reunisse para retomada dos trabalhos. O vice-presidente assume a palavra e informa ao conselheiro Jorge Ramos e demais membros da plenária, sobre a reunião da atual Mesa Diretora no dia 07/04/2002, com o Secretário Estadual, onde o mesmo assumiu compromisso de trabalhar junto a este Conselho um novo projeto de lei e regimento interno para o CESMG. Neste ato foi designado do Sub-Secretário de Inovação e Logística em Saúde, para conduzir todo o trabalho junto ao Conselho. O Sr. Paulo de Carvalho, assume a palavra, informando que recebeu no dia 11/04/2002, convocação da Coordenação Nacional de Plenária de Conselhos para discutir questões do regimento Interno, já em um momento mais avançado e informa ao conselheiro municipal de Juiz de Fora - Jorge Ramos, que a reunião acontecerá no dia 23/04/2002 em Brasília. Relata sobre a participação do conselheiro Odair Santos Júnior no I seminário de Saneamento Básico do CMS/BH em parceria com a Câmara Municipal/BH e sobre a publicação no DOM, do Conselho Municipal de Saneamento Básico. Entre as várias propostas retiradas no evento, registra-se a convocação da I Conferência Estadual de Saneamento Básico e sugere ao CESMG, que "fomente a discussão para criação do Conselho Estadual de Saneamento Básico". Continua sua explanação, pontuando sobre a 12ª Conferência Nacional de Saúde e da retirada de uma Comissão Organizadora para dar início aos trabalhos, visando agilizar os debates também no nível municipal. Sobre as Conferências temáticas, Sr. Paulo Carvalho sugere a retirada de comissões, visando geração de subsídios para a Conferência Nacional e futuramente de base de debates para as próprias temáticas. Prosseguindo em sua fala, o Sr. Paulo relata sobre a reestruturação dos Conselhos, não só na composição, mas também na "eleição do Presidente" e sobre a criação das Comissões Intersetoriais, a exemplo do CNS. Sucessivamente, fala sobre a III Conferência Municipal de Saúde de Contagem, dizendo estar completando um ano de sua ocorrência e ainda está em debate no Ministério da Saúde. Relatou sobre a Deliberação CESMG no. 034/2002 que se encontra em estudo pelo Ministério Público e da legitimidade da eleição do CMS/Contagem. Narrou sobre as várias denúncias na questão da saúde no município, terceirização/privatização do laboratório central, desvio de dinheiro da folha de pagamento dos trabalhadores em prol da família "Von Sucro", irregularidades na eleição do CMS/Contagem, entre outras, culminando com a exoneração de servidores, que se propuseram a fazer denúncias. Relata sobre a exoneração do Dr. Nicodemus de Arimathea e Silva Júnior, após 15 anos de serviços prestados como Cirurgião e de outros Agentes Comunitários de Saúde, com a alegação de que os mesmos fizeram, campanha contra o governo municipal/justificativa não formal. Pedindo a palavra, o convidado e Médico da Família Dr. Carlos, também exonerado, após 4 anos de trabalho, mostrou-se revoltado, informando que irá recorrer junto a justiça. Disse estar denunciando ao Conselho o não cumprimento da deliberação CESMG e pediu solução. Indaga qual o papel do Conselho? Como fica o Controle Social?. O Sr. Paulo de Carvalho prosseguiu, informando que houve perseguição de fato e pede que o assunto seja encaminhado para a Mesa de Negociação do SUS. O secretário Geral, faz um explanação sucinta ao Sr. Sub-Secretário de Inovação e Logística em Saúde, da situação de Contagem, relatando os fatos ocorridos em 2002. Concluí informando que a ação está sob judicé. Dr. Marcelo Teixeira, informa ser prudente que o Conselho se posicione frente essa situação de Contagem. Fala também da disposição da SES em estar encaminhando um Projeto de Lei a ALEMGO, ainda no 1º semestre, para apreciação no 2º semestre. Mais para que seja viável, faz-se necessário trabalhar com prazos. Reforça o grande interesse da atual gestão do SES em não ter com Conselho regulamentado por decreto. O Sr. Paulo Carvalho, retoma a palavra e encaminha " proposta de cassar a gestão plena de Contagem, visto estar o conselho sob judicé". O vice-presidente, indaga sobre a "viabilidade de se deliberar sobre a questão de Contagem, mesmo não sendo ponto de pauta, ou acionar outras instâncias para que seja cumprida a deliberação CESMG 034/2002 e que se faça ainda, cumprir os efeitos da liminar que cassou o mandado de segurança do município". O representante do Conselho Municipal de Saúde de Santa Luzia, manifesta a mesa o seu pedido de que alguma ação seja tomada com relação a Contagem, visto as impunidades registradas no Sistema. O Sr. Roges Carvalho, orienta o Vice-presidente e o 1º Secretário do CESMG sobre o caso de Contagem, , dizendo que o CMS/Contagem deverá ser "notificado". O CESMG, deverá fazer uma discussão sob o assunto, definir um conselheiro para apuração, fazer relatório e encaminhar para a Mesa Estadual de Negociação do SUS, para ser pautado para reunião do dia 08/05/2003. O vice-presidente, assume a palavra e agradece ao Dr. José do Carmo Fonseca e relata a percepção do mesmo sobre o processo. Esclarece que o Dr. José do Carmo foi o relator e o coordenador da comissão que estudou o caso de Contagem, e propõe como

encaminhamento, que o mesmo, “retomasse os estágios anteriores a essa discussão e fosse, na forma que Roges Carvalho relatou, acrescido destes novos fatos e que as providências cabíveis fossem tomadas, respeitando o encaminhamento e observações do plenário”. Após, conclusão dos fatos de Contagem, prossegue relatando sobre a proposta de trabalho da atual Mesa Diretora, da consonância dos trabalhos junto a SES. Retoma o assunto de Contagem relatando fatos referentes ao seu desligamento e outros fatos ocorridos em que expressam a gravidade da situação no município no que tange a gestão da Saúde. Continuando seu relato, o vice-presidente encaminha ao Dr. José do Carmo, “que receba formalmente de suas mãos e das mãos do Dr. Carlos a solicitação de inclusão da declaração dos fatos recentes ora ocorridos e relatados e tome as providências que o plenário solicita”. Após vários relatos de cunho de vivência pessoal junto a Contagem, prossegue informando que “a atual gestora dos serviços de saúde, é oriunda do Ministério da Saúde/ do Sistema de Auditoria deste Ministério, partindo desse pressuposto, deveria ser a primeira a respeitar os interesses dos usuários, dos trabalhadores e a primeira a impugnar uma Conferência Municipal de Saúde ilegítima”. Geraldo Heleno, pede a palavra e profere alguns agradecimentos, inclusive a FAMEMG. Após, relata da importância do papel como representante dos usuários na Mesa Diretora e da disposição de se trabalhar em busca do Controle Social. Mostra-se solidário ao Dr. Nicodemus e aos demais trabalhadores. Logo depois, dirige a palavra ao Sr. Paulo Carvalho, lembrando a visita dos representantes de Contagem no ano passado, quando a questão foi colocada em Plenária, do desrespeito destes representantes ao CESMG, quando não lhes foi dado a prerrogativa de falar. Conclui informando que o processo de Contagem está se arrastando na justiça, e que o Conselho, deverá se posicionar. O Sr. Paulo Carvalho retoma a palavra e reforça a manutenção da sua proposta, informando que “se o Conselho está sob Judicé e não tem Conselho, tem que cassar é a Gestão Plena”. Mantendo assim, o seu voto, e justificando-o “em nome do que queremos para este Conselho, em nome dos encaminhamentos que a gente quer, é um afronto direto, contra tudo que está documentando e contra o Controle Social no Estado de Minas Gerais”. Diz manter sua proposta e pede para registrá-la na íntegra em ata. Exclama que não dá para pactuar com a atual situação de Contagem e “o que está em jogo é a vice-presidência do CESMG”. Requer ainda, alguns encaminhamentos a Mesa Diretora: 1ª - discussão da CIBE, 2ª - Manutenção de sua proposta, contrária a posição do Roges. solicita ao mesmo que retire a sua posição e novamente requer junto a Mesa Diretora que a sua proposta seja colocada em votação independente de haver ou não quorum. O vice-presidente retoma a palavra e pede ordem, uma vez que a reunião já avançou cerca de 50 minutos. O Sr. Roges Carvalho, pede a palavra e dirigindo-se ao Sr. Paulo Carvalho, esclarece que não é Conselheiro Estadual, que está presente à reunião como visitante, que a proposta apresentada pelo Sr. Paulo, não é incompatível com a apresentada por ele, somam-se. No entanto, esclarece ao Paulo, que a proposta apresentada por ele deverá ser votada para que “possa ser cumprida”. Reforça a sua fala, informando apenas que o CMS/Contagem deveria ser notificado, colheria-se depoimentos, elaboraria-se um relatório e após, realizaria-se o encaminhamento para a Mesa Estadual de Negociação do SUS, sendo um dos campos possíveis também de negociação/ pressão do Conselho e da Mesa Diretora. Prossequindo, em sua fala, Roges informa que a proposta do Sr. Paulo não é inviável, basta o acordo da Mesa Diretora para que a mesma seja colocada em votação. O vice-presidente pede a palavra e informa o Sr. Paulo Carvalho que várias questões deverão ser ponto de pauta no CESMG, mas as mesmas serão priorizadas e todas elas debatidas exaustivamente em plenária. Informa ainda que o CESMG tem autonomia para convocar reuniões extraordinárias, e que a mesma poderá ocorrer para se tratar da questão de Contagem. Sendo 19:10 h, não havendo nada mais a tratar e extrapolado o tempo estabelecido, eu, Kátia R. Gonçalves Cunha, 1ª Secretária do CESMG, lavrei esta ata, que será entregue aos conselheiros para apreciação e análise submetida ao plenário em sessão ordinária no mês de maio, para aprovação. Belo Horizonte, 14 de abril de 2003.